



A EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ECA EM FACE DA REINCIDÊNCIA NA DELINQUÊNCIA JUVENIL NA COMARCA DE ALFENAS/MG

SILVA, Bruna Caroline da¹; SILVA, Nivalda de Lima².

⁽¹⁾Acadêmica do oitavo período do Curso de Direito, UNIFENAS, Alfenas.

⁽²⁾Professora do Curso de Direito, UNIFENAS, Alfenas.

Palavras-chave: Adolescente; Reincidência; Delinquência; Medidas Socioeducativas.

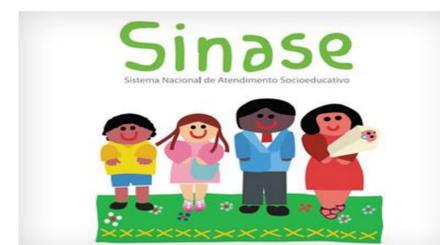
INTRODUÇÃO

O legislador com a promulgação da Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, visou proporcionar um tratamento diferenciado às crianças e jovens delinquentes devido a sua condição de imputável enquanto pessoa em desenvolvimento, merecendo, portanto, atenção especial em face de sua imaturidade.

No entanto, tem-se observado nos últimos anos, uma trajetória ascendente no número de delitos praticados por adolescentes e até mesmo por crianças, o que nos leva a questionar a eficácia da legislação em vigor. Indaga-se se tal legislação tem em seu cerne a capacidade de reeducar a criança e o adolescente em conflito com a lei, bem como as razões que os levam a voltar a delinquir, ao sair do estabelecimento educativo ou cumprir a medida socioeducativa.

Partindo desses pressupostos, o presente estudo mostrará a evolução do direito da criança e do adolescente no Brasil com enfoque na legislação atual, o ECA, analisando-se os seus princípios orientadores e os direitos e garantias conferidos. Falar-se-á também sobre o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – que é o órgão responsável por reger a execução das medidas socioeducativas.

Após esta introdução, o estudo será voltado para o procedimento de apuração de atos infracionais, desde a prática do ato pela criança ou adolescente até a aplicabilidade de medidas socioeducativas trazidas pelo ECA, visando apurar a sua eficácia.



OBJETIVOS

A pesquisa buscará analisar o grau de eficácia de cada uma das medidas socioeducativas previstas na legislação em vigor em face do percentual de jovens que voltam a delinquir após o seu cumprimento.

METODOLOGIA

Será utilizada basicamente a técnica de pesquisa bibliográfica com base na análise da legislação em vigor bem como da opinião doutrinária, além de pesquisa junto ao órgão do Poder Judiciário da Comarca de Alfenas/MG, para levantamento dos dados referentes ao número de processo distribuídos como atos infracionais e do número de jovens que voltam a delinquir após ou concomitantemente ao cumprimento da medida.

CONCLUSÃO

O projeto ainda se encontra em andamento, tendo sido realizado, num primeiro momento, um estudo sobre a evolução histórica da legislação aplicada à criança e ao adolescente infrator. Na etapa atual do estudo, proceder-se-á ao levantamento de dados junto ao Poder Judiciário da Comarca de Alfenas, bem como estudo da jurisprudência em relação à aplicação de cada uma das medidas socioeducativas e sua eficácia face à reincidência na delinquência juvenil.

JUSTIFICATIVAS

A escolha do presente tema se deu em razão do nítido avanço da criminalidade infantil, sendo que tal preocupação é de suma importância, uma vez que é necessário priorizar as crianças e adolescentes e efetivar seus direitos da melhor forma possível e, este estudo, pretende justamente analisar se as medidas socioeducativas estão sendo capazes de atingir o escopo da legislação em vigor, ressocializando o menor infrator, uma vez que é crescente o número de jovens que voltam a delinquir após o seu cumprimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa**. 1.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MENESES, Elcio Resmini. **Medidas Socioeducativas: uma reflexão jurídico pedagógica**. 1.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

VERONESE, Josiane Rose Petry; CUSTÓDIO, André Viana. **Direito da Criança e do Adolescente: Para Concurso de Juiz do Trabalho**. 1.ed. São Paulo: EdiproConcursos, 2011.